

DISCLOSURE DOS ATIVOS INTANGÍVEIS DAS EMPRESAS BRITÂNICAS E A INVESTIGAÇÃO DA SUA RELAÇÃO COM AS EMPRESAS DE AUDITORIA E OS SETORES DE ATUAÇÃO

Márcio Viana Rolim¹
Sirlei Lemes²
Marcelo Tavares³

RESUMO

O atual movimento de consolidação da convergência mundial das normas contábeis, orientadas aos padrões internacionais emitidos pelo IASB (*International Accounting Standards Board*), manifestou interesse na identificação do nível de evidenciação dos ativos intangíveis, de acordo com a IAS 38, praticado pelas empresas britânicas pertencentes ao Índice FTSE 100, da Bolsa de Valores de Londres, em 2006. A mensuração do nível de evidenciação se tornou possível com a análise de conteúdo dos relatórios financeiros, realizada com base em um instrumento de coleta de dados norteado dos estudos de (Botosan, 1997), (Eng e Mak, 2003), (Lanzana, 2004) e (Goldner, 2006). Os resultados assinalam que apenas 18,6% das empresas da amostra atingiram 100% da evidenciação dos ativos intangíveis, mesmo legalmente obrigadas a realizá-la. Foram efetuados testes de desdobramento dos resultados por meio da Análise de Variância pela estimativa de *Bootstrap*, a fim de explicar o impacto do nível de evidenciação alcançado pelas empresas em relação as empresas de auditoria independente e os setores de atuação. Os resultados dos testes revelaram que tanto a auditoria independente sendo realizada por uma determinada empresa quanto pertencer a algum setor não são responsáveis pelos melhores ou piores níveis de *disclosure* dos ativos intangíveis. Assim, conclui-se que as práticas de *disclosure* dos relatórios financeiros, das empresas britânicas pertencentes ao Índice FTSE 100 em 2006,

¹ Professor Mestre, Departamento de Administração do CESUC - Centro de Ensino Superior de Catalão. E-mail: viana_bit@terra.com.br

² Professora Doutora, Departamento de Ciências Contábeis da UFU - Universidade Federal de Uberlândia. E-mail: sirlemes@uol.com.br

³ Professor Doutor, Faculdade de Matemática da UFU - Universidade Federal de Uberlândia. E-mail: mtavares@ufu.br

fornecidos aos usuários externos, carecem de melhor elaboração para atender às exigências do IASB, quanto ao atendimento da Norma IAS 38 dos ativos intangíveis.

Palavras-Chave: Ativo Intangível, *Disclosure*, Contabilidade Internacional.

1. INTRODUÇÃO

As empresas, em sua existência, sempre têm passado por adaptações ao mercado decorrentes de sua oscilação característica, fundamentalmente, com a percepção que, a partir da década de 1980, tenham se intensificado o acesso e a difusão da tecnologia em massa e do movimento de aquisições de empresas nacionais e internacionais.

Percebe-se que, nesse contexto de mudanças, os ativos tangíveis, como edificações, terrenos, veículos, equipamentos, que eram os principais símbolos de prosperidade e sucesso empresarial, abriram espaço para outros ativos intangíveis, tais como marcas, patentes, *software* de computador, direitos autorais, carteiras de clientes e relacionamento com clientes.

Os ativos intangíveis criam vantagem competitiva devido a sua capacidade de geração de retorno futuros, em que o conhecimento gera benefícios futuros, ao contrário dos ativos tangíveis, que se depreciam quando utilizados. Segundo Edvinsson e Malone (1998, p.15), o ativo intangível, como fonte de conhecimento, pode ser considerado um reservatório sustentável de vantagem competitiva.

Ao longo das décadas de 1980 e 1990, ocorreu um processo de reestruturação do mercado decorrente da crescente onda de aquisições e fusões e da contínua valorização dos preços das ações em bolsa de valores, observando-se o distanciamento entre os valores contábeis ou patrimoniais das empresas (*book value*) em relação ao valor de mercado (*market value*).

Uma das prováveis razões dessa diferença seria o peso que os ativos intangíveis passaram a representar nas avaliações realizadas pelo mercado nesses negócios, em ativos como: marcas, carteira de clientes, patentes e pesquisa e desenvolvimento.

De acordo com (Lev, 2003):

[segundo] dados da S&P, 500 companhias respondem por, aproximadamente, 75 por cento dos ativos totais da economia norte-americana, estes dados

também mostram que, desde a metade da década de 1980, houve um grande aumento da diferença do valor de mercado em relação ao valor contábil, embora com alta volatilidade. Esta diferença alcançou seu ápice em março de 2000, a relação entre o valor de mercado e o valor contábil era de 7,5 e, mesmo que reduzisse a patamar de 4 ou 3, ainda assim, grande parte destes valores refletiriam a influência do valor dos ativos intangíveis.

Assim, o distanciamento entre o valor de mercado e o valor contábil percebido nas empresas nos processos de aquisição, fusões ou mesmo negociação de ações, podem ser em parte atribuídos aos ativos intangíveis presentes na entidade. Uma das possíveis explicações é que, ao avaliar a ação ou a empresa, os ativos intangíveis, considerados juntamente com os ativos físicos, na visão do avaliador, podem gerar retornos futuros esperados, criando-se o valor adicionado.

De acordo com (Nakamura, 2000), os ativos intangíveis movimentam, aproximadamente, 1 trilhão de dólares somente em investimentos anuais. Um exemplo é o caso da Gillette, que investiu U\$700 milhões no desenvolvimento do Mach3 no período de 1990 a 1998.

Quanto ao potencial dos ativos intangíveis em gerar riqueza, (Whitwell *et al.*, 2007) destacam que “o desafio do analista não é só identificar e avaliar os ativos intangíveis da empresa, mas determinar a provável contribuição dos ativos intangíveis para a empresa que negocia em um ambiente externo em transformação.”

Porém provar quanto e quando um ativo intangível irá gerar retornos futuros a uma empresa não é uma tarefa simples. Esclarece (Lev, 2001) que “é mais difícil explicar este potencial retorno futuro gerado pelos intangíveis que os benefícios provenientes de investimentos em propriedades, plantas e equipamentos”.

Desta forma, os ativos intangíveis ao mesmo tempo em que se apresentam como um assunto relevante para gestão das empresas necessitam de avanços quanto a sua interpretação e aplicação contábil comum.

Alguns estudos abordam o nível de *disclosure* prestado pelas empresas: (Verrecchia, 1983) estudou a evidenciação voluntária das informações financeiras; (Botosan, 1997) procurou examinar a associação existente entre o nível de evidenciação e o custo de capital do patrimônio líquido de uma amostra de empresas. No contexto brasileiro, (Oliveira e Ponte, 2004) mostraram o grau de evidenciação das demonstrações contábeis tradicionais nas sociedades anônimas brasileiras quanto às

informações de natureza avançada e não obrigatória, e (Goldner, 2006) investigou o nível de evidenciação das demonstrações contábeis dos bancos brasileiros, cujos resultados revelaram que a evidenciação era suficiente apenas para o que era exigido pela legislação. Contudo tais estudos não têm como objeto de pesquisa o *disclosure* do ativo intangível, mas outras fontes de estudos, como, por exemplo, informações não obrigatórias.

Os ativos intangíveis, apesar de serem objetos de outros estudos, apresentam-se como um tema atual, por suscitarem questões a serem resolvidas, quanto à forma de reconhecimento, à mensuração de empresas específicas e à comparação entre elas.

Dentre os trabalhos existentes, destacam-se, por terem relação direta com o objeto deste trabalho, os seguintes: (Barth *et al.*, 2001) estudaram a relação entre incentivos dos analistas e a extensão dos ativos intangíveis apresentados; (Gelb, 2002) discutiu como os ativos intangíveis afetam as evidenciações das empresas; (Gu e Wang, 2005) examinaram a relação entre a previsão de lucros e os ativos intangíveis das empresas; (Ritter e Wells, 2006) pesquisaram como a convergência internacional das normas contábeis impactaria a evidenciação dos ativos intangíveis pelas empresas australianas. Apesar da contribuição que os trabalhos oferecem, nenhum deles é específico em identificar a evidenciação dos ativos intangíveis com o foco aqui pesquisado.

Quanto à relevância das Normas Internacionais de Contabilidade para o mercado mundial, (Lemes *et al.*, 2007) justificam que:

Dos 36 trilhões de dólares norte-americanos de capitalização dos mercados mundiais no final de 2005, em torno de 11 trilhões correspondem a mercados onde as IFRS são exigidas ou permitidas e 17 trilhões se tratam de mercados nos quais as Normas Contábeis Norte-Americanas (os U.S. GAAP – *United States Generally Accepted Accounting Principles* emitidas pelo FASB – *Financial Accounting Standards Board*) é a regra...

Dentre as normas emitidas pelo IASB, a IAS 38 prescreve o tratamento da contabilidade quanto à mensuração e à evidenciação dos ativos intangíveis.

Ressalta-se, neste contexto, que os investidores, ao buscar a melhor alternativa de aplicação de seu capital serão atraídos por aqueles mercados que ofereçam as melhores condições e oferta de informações confiáveis das empresas investidas. Possuir nível de evidenciação mínimo exigido legalmente poderá propiciar à administração das empresas o melhor ganho, e aos investidores, clareza e confiança na decisão de investir.

A identificação do nível de *disclosure* dos ativos intangíveis, segundo as Normas Internacionais de Contabilidade, tornou-se possível, no presente estudo, quando se analisaram os relatórios contábeis de empresas já obrigadas a cumprir com tais normas. As empresas britânicas listadas em bolsas de valores estão obrigadas a divulgar suas demonstrações contábeis de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade desde 2005, tendo sido, portanto, as escolhidas para a realização do presente estudo. Os relatórios contábeis utilizados foram aqueles apresentados à Bolsa de Valores de Londres, elaborados segundo as normas do IASB. Partindo dessa contextualização, o presente trabalho se estrutura em torno de responder à seguinte indagação: **qual o nível de evidenciação dos ativos intangíveis, de acordo com a IAS 38, praticado por empresas britânicas e sua relação com as empresas de auditoria independente e seus setores de atuação, em 2006?**

Como objetivo geral, pretende-se identificar o nível de evidenciação dos ativos intangíveis, de acordo com a IAS 38, praticado por empresas britânicas, particularmente, pertencentes ao Índice FTSE 100 da Bolsa de Valores de Londres, em 2006. Visando atingir o objetivo geral, os seguintes objetivos específicos deverão ser atendidos:

- a) Identificar a forma de tratamento dos ativos intangíveis segundo as Normas Internacionais de Contabilidade, mais especificamente, a IAS 38;
- b) Elaborar um instrumento de coleta de dados que permita delinear o nível de evidenciação de ativos intangíveis conforme as exigências do IASB;
- c) Coletar uma amostra de empresas Britânicas, de vários segmentos, como pertencentes ao Índice FTSE da Bolsa de Valores de Londres, em 2006;
- d) Calcular o nível de evidenciação de ativos intangíveis fornecido nos relatórios contábeis das empresas da amostra, por meio da verificação de ocorrência dos requisitos obrigatórios da norma IAS 38 contidos no instrumento de coletas de dados;
- e) Identificar o nível de evidenciação das informações sobre ativos intangíveis fornecido pelas empresas em seus relatórios contábeis;
- f) Buscar estabelecer relações entre as auditorias independentes e os setores de atuação das empresas com o seu nível de *disclosure* dos ativos intangíveis identificados.

2. ATIVOS INTANGÍVEIS

Pelo fato de os ativos intangíveis se configurarem no cenário internacional como imprescindíveis para algumas empresas na competitividade empresarial, por fazerem parte de um diferencial que eleva o valor de mercado das ações das empresas que os possuem, por serem decisivos na valorização das empresas em casos de fusões e aquisições, e, por fim, por serem responsáveis pela geração de retornos futuros, fica evidente que o ativo intangível estará sujeito a opiniões diversas quanto ao seu tratamento contábil.

Para (Barth *et al.*, 2001), os ativos intangíveis:

vêm se tornando crescentemente maiores para muitas empresas, não são devidamente reconhecidos pelas normas contábeis atuais, possuem substancial assimetria informacional devido a sua incerteza, e possuem uma representatividade economicamente importante para as empresas.

Neste artigo, o ativo intangível será observado, especificamente, em empresas britânicas e que constem no índice FTSE 100 da Bolsa de Valores de Londres.

A respeito da relevância da Bolsa de Valores de Londres, de acordo com o relatório da Gerência de Estudos Econômicos, Assessoria Econômica da Comissão de Valores Mobiliários (2002), sobre o valor de mercado das companhias nacionais listadas em bolsa de valores, o Reino Unido é o terceiro colocado, estando atrás apenas dos Estados Unidos e do Japão, e ainda, registra o quinto maior Produto Interno Bruto⁴ (PIB). Entre os países industrializados, o Reino Unido apresenta-se com o terceiro maior número de companhias listadas em bolsas de valores e a segunda melhor capitalização relativa⁵ dentre todos os países constantes naquele levantamento.

Segundo o relatório anual e estatístico da Federação Mundial das Bolsas de Valores - *World Federation of Exchanges* WFE (2008) –, no ano de 2008, a Bolsa de Valores de Londres foi a principal bolsa de valores da Europa, em termos de valores de ações negociadas, e a terceira bolsa mundial em capitalização doméstica de ações. O relatório ainda ressalta que 5% das empresas domésticas (121 empresas) corresponderam a 97,3% dos valores negociados.

⁴ Avaliado num período de treze anos (1990 a 2002).

⁵ Segundo a CVM, Capitalização Relativa é obtida pela razão entre o valor do total das ações negociadas no mercado organizado e o PIB (CVM, 2002).

A importância da Bolsa de Valores de Londres no contexto mundial pode acarretar a atração de investimentos brasileiros para este mercado, seduzidos por bons rendimentos de suas aplicações e a confiabilidade oferecida. As empresas listadas na Bolsa de Valores de Londres estão obrigadas a seguir os Pronunciamentos do IASB para elaboração e evidenciação dos Relatórios Contábeis desde 2005. Pronunciamentos estes que serão adotados também pelas empresas brasileiras listadas na BOVESPA, entre outros segmentos, a partir de 2010.

A Bolsa de Valores de Londres e *The Financial Times* são proprietários em conjunto da companhia FTSE Group. A FTSE Group é responsável por criar os índices financeiros usados por uma gama de investidores como consultores, gerentes de fundos, bancos de investimentos, bolsas de valores e corretores. Os índices são utilizados com o propósito de analisar investimentos, mensurar o desempenho, distribuir ativos e tornar seguros os portfólios de investimentos.

Segundo a FTSE (2009), as companhias listadas no índice FTSE 100 representam, aproximadamente, 81% do mercado do Reino Unido e respondem por 7,97% da capitalização do mercado de patrimônio líquido.

Destarte a obrigatoriedade de as empresas fornecerem informações contábeis completas aos usuários externos, em seus relatórios contábeis, de acordo com a legislação em cada país, alguns estudos demonstram que nem sempre isso é cumprido.

O estudo de (Akhtaruddin, 2005) investigou a prática do *disclosure* obrigatório por meio da avaliação de 94 companhias listadas na Bolsa de Valores de Bangladesh. Os resultados obtidos demonstraram que, em média, 44% dos itens de informações exigidas pelo órgão regulador foram atendidos. Entretanto o autor concluiu que as informações fornecidas eram ineficazes quanto à evidenciação das companhias.

O trabalho de (Malacrida e Yamamoto, 2006), com 42 empresas pertencentes ao índice IBOVESPA, demonstrou existir uma variação de evidenciação das informações obrigatórias. Por exemplo, no estudo, constatou-se que enquanto a empresa Brasil Telecom expunham um nível de evidenciação de informações obrigatórias de 83,5%, a Tele Nordeste Celular apresentava um índice de 57,9% de evidenciação.

Observa-se, pelos estudos realizados por (Akhtaduddin, 2005), (Malacrida e Yamamoto, 2006), que a exigência legal não é cumprida sempre que determinada, como se poderia esperar.

Por fim, o estudo foi realizado em condições pelas quais as empresas deveriam prestar um nível elevado de informações, visto que se trata de uma normatização e existe uma exigência legal para sua aplicação, o que resultaria na prestação das informações em sua totalidade. Porém estudos existentes detalham que, mesmo em condições de obrigação judicial, ocorrem casos de não atendimento na íntegra das evidenciações.

Para discorrer sobre ativo intangível, faz-se necessário abordar, inicialmente, a definição do ativo. Segundo (Martins, 1972) o “ativo é o futuro resultado econômico que se espera obter de um agente”.

O ativo intangível está contido no conceito de ativo, que é mais amplo e engloba todos os ativos existentes. Segundo (Hendriksen e Breda, 1999):

os ativos intangíveis formam uma das áreas mais complexas da teoria da contabilidade, em partes em virtude das dificuldades de definição, mas principalmente por causa das incertezas a respeito da mensuração de seus valores e da estimação das suas vidas úteis.

Compartilham da mesma definição para os ativos intangíveis, (Hendriksen e Breda, 1999), (Schmidt e Santos, 2002), (Iudícibus, 2004), ao afirmarem que os intangíveis seriam aqueles em que não se conseguem tocar, mesmo com a possível inexatidão dessa afirmação.

Para este artigo, o conceito utilizado será aquele fornecido pelo (IASB, 2007), na norma IAS 38, que define o ativo intangível como sendo “um ativo identificado como não-monetário e sem substância física”.

A relevância dos ativos intangíveis sobre os ativos tangíveis, quanto à composição patrimonial das entidades, tornou-se um item de interesse, como se pode observar nas exemplificações de (Schmidt e Santos, 2002), que citam como principais fatores de influência desses interesses:

as ondas de incorporações internacionais, o interesse por parte dos líderes de mercado em desenvolverem ou adquirirem marcas famosas, a expansão do setor de serviços por todo o mundo, a velocidade e a extensão da mudança tecnológica, o crescimento, a sofisticação e a integração dos mercados financeiros internacionais, além da fonte de riqueza proporcionada pela inteligência humana e os recursos intelectuais.

Os itens que, caracteristicamente, se classificam como ativos intangíveis, segundo (Hendriksen e Breda, 1999), (Schmidt e Santos, 2002) e (Iudícibus, 2004) são: 1) Marcas e nomes de produtos; 2) Patentes; 3) Franquias; 4) Licenças; 5) *Goodwill*; 6)

Direitos de autoria; 7) Desenvolvimento de *software*; 8) Pesquisa e desenvolvimento; 9) Gastos de implantação e pré-operacionais; 10) Certos investimentos de longo prazo; 11) Matrizes de gravação; 12) Compromissos de não concorrer; 13) Direitos de operação 14) Processos secretos.

Após apresentar as definições, relevância e as tipologias dos ativos intangíveis, faltam, ainda, realizar considerações quanto o ativo intangível sob regulamentação do IASB.

2.1. NORMA INTERNACIONAL DE CONTABILIDADE - IAS 38

Essa norma objetiva definir o tratamento contábil para ativos intangíveis que não são abrangidos, especificamente, em outras normas, e estabelece que uma entidade reconheça um ativo intangível se, e somente se, critérios específicos forem satisfeitos. A norma também especifica como mensurar o valor contábil dos ativos intangíveis e promove evidenciações específicas sobre eles. O ativo intangível é definido como um recurso não-monetário identificável sem substância física, sendo este o conceito utilizado para o presente estudo.

Um ativo atende ao critério de identificação, quando primeiro, possuir a capacidade de ser separado ou dividido da entidade e vendido, transferido, licenciado, alugado ou trocado, individualmente ou em conjunto, com um contrato, ativo ou passivo relacionado; ou, segundo, quando for resultante de direitos contratuais ou direitos legais, quer esses direitos sejam transferíveis ou separáveis da entidade.

Uma entidade controla um ativo, se tiver o poder de obter os benefícios econômicos futuros que fluam do recurso subjacente e de restringir o acesso de terceiros a esses benefícios.

O controle dos benefícios econômicos futuros de um ativo intangível surge de direitos legais, que, quando ausentes, dificultam a sua comprovação. O mercado e o conhecimento técnico emergem como outras formas de caracterização dos benefícios econômicos futuros.

Os benefícios econômicos futuros gerados por um ativo intangível podem incluir a receita de venda de produtos ou serviços, a redução de custo ou outros benefícios resultantes do uso do ativo pela entidade.

Quanto aos critérios de reconhecimento, estes serão satisfeitos quando for provável que os benefícios econômicos futuros esperados, atribuíveis ao ativo, fluam para a entidade e que o custo do ativo possa ser mensurado com segurança.

A natureza dos ativos intangíveis implica, freqüentemente, não haver o que ser adicionado ao ativo nem se poder substituir parte dele. Desta forma, gastos realizados para manter a expectativa dos benefícios econômicos futuros serão reconhecidos no resultado por não se conseguir separá-los dos demais gastos incorridos no desenvolvimento do negócio.

Segundo a Norma IAS 38 parágrafo 23, a entidade usará “o julgamento para avaliar o grau de certeza relacionado ao fluxo de benefícios econômicos futuros atribuíveis ao uso do ativo, com base nas evidências disponíveis no momento do reconhecimento inicial, dando maior peso às evidências externas”. O ativo intangível deve ser avaliado, inicialmente, pelo seu valor de custo.

Os reconhecimentos dos ativos intangíveis podem se originar de diferentes maneiras: adquiridos separadamente, adquiridos em combinação de negócios, adquiridos com auxílio governamental, adquiridos por trocas de ativos intangíveis, *goodwill* gerado internamente, ativos intangíveis gerados internamente.

Após o reconhecimento inicial de um ativo intangível, a entidade escolherá o modelo de custo ou o modelo de reavaliação como a sua política de contabilização. Se um ativo intangível é contabilizado ao valor reavaliado, todos os outros ativos intangíveis em sua classe também deverão ser reavaliados, a menos que não haja nenhum mercado ativo para esses ativos. Uma classe de ativos intangíveis é definida como um grupo de ativos com natureza e uso semelhantes nas operações de uma entidade.

No modelo de custo, após o reconhecimento inicial, um ativo intangível deverá ser escriturado ao seu custo menos qualquer amortização acumulada e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

No modelo de reavaliação, após o seu reconhecimento inicial, um ativo intangível terá de ser escriturado ao seu valor reavaliado, correspondente ao seu valor justo à data da reavaliação menos qualquer amortização acumulada subsequente e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

Com o propósito de reavaliação, de acordo com a norma IAS 38, o valor justo será determinado com referência ao mercado ativo, devendo sofrer atualizações regularmente para que, à data do balanço, o valor contábil do ativo não apresente diferenças relevantes em relação ao seu valor justo.

A contabilização da amortização dos ativos intangíveis baseia-se na sua vida útil, e esta deverá ser avaliada como finita ou indefinida, e, quando for finita, será fundamentada na duração, ou volume de produção ou unidades similares que formam essa vida útil.

O termo indefinida, vale esclarecer, não significa infinita. Um ativo intangível será classificado como dotado de uma vida útil indefinida, quando a entidade, sob todas as análises importantes possíveis, não encontrar um limite previsível para o período durante o qual se espera que o ativo gere entradas de fluxos de caixa líquidos.

Um ativo intangível, com uma vida útil finita, é amortizado, enquanto aquele com vida útil indefinida não. Quanto ao período de amortização, os ativos intangíveis com vida útil finita devem ser amortizados de forma sistemática a partir do momento em que são colocados à disposição para uso ou forem organizados em condições desejadas pela administração. A amortização cessará na data em que o ativo for classificado como mantido para venda.

2.2. EVIDENCIAÇÃO CONTÁBIL (DISCLOSURE)

O mercado, de uma forma geral, necessita que as empresas alvo de investimentos apresentem *disclosure* por meio de relatórios financeiros regulares, notas explicativas, relatórios gerenciais com análises e discussões de resultados e documentação exigida

por órgãos reguladores. Isso pode ocorrer com o objetivo de atender a uma obrigação legal, ou de reduzir a assimetria da informação⁶ contábil proveniente do problema de *agency* ou para obter a confiabilidade para novos investimentos.

Quando as empresas passam a depender cada vez mais do capital estrangeiro, ocorre um processo de direcionar a divulgação financeira para cada mercado no qual se pretende captar recursos (Hendriksen e Breda, 1999).

Para (Iudícibus, 2004), “o *disclosure* está ligado aos objetivos da Contabilidade, ao garantir informações diferenciadas para os vários tipos de usuários”. O autor afirma, na mesma obra, que “o objetivo da evidenciação e seus limites não são esclarecidos positivamente, mas expressos através da vaga frase: não tornar os demonstrativos enganosos”.

Segundo (Iudícibus, 2004) a evidenciação é um:

[...] compromisso inalienável da Contabilidade com seus usuários e com os próprios objetivos. As formas de evidenciação podem variar, mas a essência é sempre a mesma: apresentar informação quantitativa e qualitativa de maneira ordenada, deixando o menos possível para ficar de fora dos demonstrativos formais, a fim de propiciar uma base adequada de informação para o usuário.

O *disclosure*, em sentido amplo, é caracterizado, por (Hendriksen e Breda, 1999), simplesmente como “veiculação da informação”, ou, em sentido mais restrito, utilizado por contadores como informação financeira disponível em relatório anual da empresa.

Contribuem para um entendimento detalhado do conceito de *disclosure*, (Niyama e Gomes, 1996), quando asseveram que:

O *disclosure*, ou evidenciação, está diretamente ligado aos objetivos da contabilidade e diz respeito à qualidade das informações de caráter financeiro e econômico, sobre as operações, recursos e obrigações de uma entidade, que sejam úteis aos usuários das demonstrações contábeis, entendidas como sendo aquelas que de alguma forma influenciem na tomada de decisões envolvendo a entidade e o acompanhamento da evolução patrimonial, possibilitando o conhecimento das ações passadas e a realização de inferências com relação ao futuro.

Assim, compreende-se o *disclosure* como o próprio objetivo da contabilidade de buscar fornecer informações úteis para usuários com a intenção decisória, porém, com a preocupação adicional sobre o aspecto da qualidade dessas informações oferecidas.

⁶ Definido por Hendriksen e Breda (1999, p. 139) como “informação incompleta, ou seja, quando nem todos os estados são conhecidos por ambas as partes e, assim, certas conseqüências não são por elas consideradas”.

3. METODOLOGIA

A metodologia reflete como se conduz uma investigação e se obtém conhecimento do mundo social, segundo (Martins, 1997). O presente trabalho tem o propósito de identificar, por meio do roteiro elaborado, se a norma contábil, proposta pelo IASB para reconhecimento dos ativos intangíveis, foi evidenciada com algum nível de qualidade pelas empresas.

A transformação dos pensamentos e soluções dos problemas em sinais que possam ser interpretados pela grande maioria dos interessados é o principal objeto de uma pesquisa científica. Pesquisa é definido por (Gil, 2002) como “o procedimento racional e sistemático, que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos”.

Quanto ao objetivo, o trabalho é qualificado como descritivo, uma vez que os fatos são observados, registrados, analisados e interpretados, sem interferência do pesquisador. Estudos descritivos, de acordo com (Selltiz, 1972), pressupõem a existência de conhecimentos anteriores relacionados à pesquisa, em quantidade suficiente para realizar os estudos. É preciso, ainda, que o pesquisador possua capacidade de definir claramente o que deseja medir e também que conheça bem os procedimentos adequados para a mensuração.

Nesse sentido, este trabalho tem a finalidade tanto de descrever o objeto da evidenciação dos ativos intangíveis, segundo as Normas Internacionais de Contabilidade, quanto de descrever o nível de evidenciação desses ativos pelas empresas que fornecem informações aos usuários externos, o que reforça a classificação da pesquisa como descritiva.

Neste trabalho, por meio de ferramentas estatísticas descritivas, foram examinados os níveis de evidenciações das empresas. As hipóteses que nortearam foram:

- Hipótese (H₁): todas as empresas da amostra evidenciam cem por cento das informações sobre os ativos intangíveis requisitadas pela Norma IAS 38.

- Hipótese (H₂): alguma empresa da amostra evidencia menos de cem por cento das informações sobre os ativos intangíveis requeridas pela Norma IAS 38.

A partir dos níveis de *disclosure* das empresas, encontrados pelo teste das hipóteses H₁ e H₂, buscou explicações para os resultados obtidos, por meio da verificação de relações explicativas ligadas às aos setores de atuação e as auditorias independentes contratadas.

A técnica de análise de conteúdo clássica e pesquisa documental foram empregadas, quando da análise dos relatórios contábeis anuais das empresas da amostra para o ano de 2006.

Por meio da interpretação dos itens de evidenciação, utilizando-se do acesso ao sítio das empresas ou das bolsas de valores pela *internet*, realizou-se o preenchimento do roteiro para a coleta de dados referente aos ativos intangíveis descritos e recomendados pela Norma Internacional de Contabilidade. As técnicas quantitativas usadas foram a estatística descritiva e a Análise de Variância pela estimativa de *Bootstrap*.

3.1. Descrição da Pesquisa

Com o objetivo de avaliar o nível de evidenciação dos ativos intangíveis, por meio desta pesquisa, analisaram-se os relatórios anuais das empresas do Reino Unido listadas na Bolsa de Valores de Londres, em 2006.

A escolha das empresas do Reino Unido, relacionadas na Bolsa de Londres, ocorreu porque o trabalho estuda o nível de evidenciação dos ativos intangíveis segundo as normas do IASB, que passaram a ser obrigatórias a partir de 2005 para quem negocia nesse mercado.

Portanto, as empresas do Reino Unido escolhidas, no ano de 2006, participaram do índice das 100 empresas mais capitalizadas, Índice FTSE⁷ 100, da Bolsa de Valores de Londres. As companhias referidas nesse índice possuem ações de primeira linha, que

⁷ O índice FTSE do Reino Unido se refere a um índice composto por 100 companhias britânicas com ações de primeira linha (*blue chip*) mais capitalizadas, que se constituem em uma proteção quanto ao tamanho e à liquidez.

representam, aproximadamente, 81% do mercado do Reino Unido, conforme dados do endereço eletrônico da Bolsa de Valores de Londres.

Foram utilizados, para análise, os relatórios anuais das entidades publicados no sítio da bolsa de Londres (2007) ou no endereço eletrônico da própria empresa.

Os relatórios compreenderam o balanço patrimonial, as notas explicativas, as demonstrações comparativas, o relatório da administração, o parecer dos auditores independentes, as políticas de contabilização (*accounting policies*), os relatórios de fatores de risco, o resumo financeiro, o relatório de informação adicional para investidores, o relatório de informações para acionistas, todos referentes ao ano de 2006.

3.2. Amostra da Pesquisa

Nesta seção, serão apresentados os passos realizados para obter a lista de empresas que compuseram a amostra deste trabalho. A seleção dessas empresas aconteceu mediante dois passos.

O primeiro passo consistiu no cálculo para determinar a amostra de empresas em que se aplicaria o roteiro. Segundo (Freund e Simon, 2000) e (Barbetta, 2003), o processo ocorre com base no cálculo do erro amostral seguido de cálculo do tamanho da amostra, conforme descrito a seguir.

A definição do erro amostral dependerá do risco de errar, que o pesquisador admitirá, na avaliação de seus parâmetros de interesse (Barbetta, 2003). Por exemplo, (Theóphilo *et. al.*, 2000) acolheram erro amostral de 6,52%. Nas pesquisas de (Rezende *et al.*, 2002), (Dahmer e Estrada, 2002), o erro amostral adotado foi de 10%, e (Ricardino Filho, 2003) utilizou-se de erro amostral de 13%. Nesta pesquisa, considerou-se o erro amostral de 7%, escolhido aleatoriamente numa escala de 1 a 10% e apresentado na fórmula (1) e (2) a seguir:

$$n_0 = \frac{1}{E_0^2} \quad n_0 = \frac{1}{0,07^2} \quad n_0 = \frac{1}{0,0049} \quad n_0 = 204,08 \quad (1)$$

Onde:

n_0 = é a primeira aproximação do tamanho da amostra

E_0 = é o erro amostral tolerável

$$n = \frac{N \times n_0}{N + n_0} \quad n = \frac{100 \times 204,08}{100 + 204,08} \quad n \approx 67 \quad (2)$$

Onde:

n = é o tamanho da amostra

N = é o número de elementos da população

Com a aplicação do cálculo estatístico, estimou-se o número de 67 empresas para a realização da pesquisa. Para selecionar os elementos da população, a fim de formar a amostra, executaram-se os seguintes passos: ordenaram-se as empresas em ordem alfabética e as numeraram de 1 a 100; utilizou-se de uma planilha eletrônica com recurso de criação de lista aleatória, que gerou 67 números randomicamente; estes 67 números, aleatoriamente sorteados, passaram a corresponder às empresas da amostra.

Para compor a amostra deste trabalho, o segundo passo foi coletar os relatórios contábeis a serem analisados. Após analisar as empresas selecionadas, constatou-se que 8 (oito) delas não continham o ativo intangível registrado em seus relatórios anuais, reduzindo o número de empresas aptas à aplicação do roteiro de 67 para 59 empresas. As oito empresas que não apresentavam o ativo intangível em seus relatórios anuais, no ano de 2006, foram: 3i Group, Drax, Hammerson, Land Securities, Legal e General, Liberty International, Morrisons e Next. As que registraram os dados utilizados nesta pesquisa estão relacionadas no Quadro 1, a seguir.

EMPRESAS	AUDITORIA INDEPENDENTE	SETOR DE ATUAÇÃO
1. Admiral Group	KPMG Audit Plc	Seguro
2. Alliance Trust	KPMG Audit Plc	Cia. de Fundos e Investimentos
3. Amec	KPMG Audit Plc	Distribuição de Petróleo
4. AstraZeneca	KPMG Audit Plc	Ind. Farmacêutica e Biotecnologia
5. Autonomy Corporation	Deloitte & Touche LLP	Serviços de Softwares e Comp.
6. Balfour Beatty	Deloitte & Touche LLP	Construção e Materiais
7. Barclays	PricewaterhouseCoopers LLP	Bancos
8. BG Group	PricewaterhouseCoopers LLP	Produção de Petróleo e Gás
9. BHP Billiton Group	KPMG Audit Plc	Mineração
10. BP	Ernst & Young LLP	Produção de Petróleo e Gás
11. British Amer. Tobacco	PricewaterhouseCoopers LLP	Tabaco
12. British Land Company	Deloitte & Touche LLP	Lazer e Entretenimento

13. British Sky Broad.	Deloitte & Touche LLP	Mídia
14. BT Group	PricewaterhouseCoopers LLP	Telecomunicações
15. Bunzl	KPMG Audit Plc	Serviços de Apoio
16. Cable & Wireless	KPMG Audit Plc	Telecomunicações
17. Cadbury Schweppes	Deloitte & Touche LLP	Indústria de Alimentos
18. Carnival Corporation	PricewaterhouseCoopers LLP	Lazer e Entretenimento
19. Centrica	PricewaterhouseCoopers LLP	Gás, Água e Multi utilidades
20. Compass Group	Deloitte & Touche LLP	Lazer e Entretenimento
21. Diageo	KPMG Audit Plc	Bebidas
22. First Group	Deloitte & Touche LLP	Lazer e Entretenimento
23. Friends Provident	KPMG Audit Plc	Seguro
24. Glaxo Smith Kline	PricewaterhouseCoopers LLP	Ind. Farmacêutica e Biotecnologia
25. Group 4 Securicor	KPMG Audit Plc	Serviços de Apoio
26. HSBC Holdings	KPMG Audit Plc	Bancos
27. Imperial Tobacco	PricewaterhouseCoopers LLP	Tabaco
28. InterContinental Hotels	Ernst & Young LLP	Lazer e Entretenimento
29. International Power	KPMG Audit Plc	Eletricidade
30. Invensys	Ernst & Young LLP	Serviços de Softwares e Comp.
31. Johnson Matthey	KPMG Audit Plc	Indústria Química
32. Kazakhmys	Ernst & Young LLP	Mineração
33. Kingfisher	PricewaterhouseCoopers LLP	Varejo em Geral
34. Lloyds TSB Group	PricewaterhouseCoopers LLP	Bancos
35. Lonmin	KPMG Audit Plc	Mineração
36. Man Group	PricewaterhouseCoopers LLP	Finanças em Geral
37. Marks and Spencer	PricewaterhouseCoopers LLP	Varejo em Geral
38. National Grid	PricewaterhouseCoopers LLP	Gás, Água e Multi utilidades
39. Old Mutual	KPMG Audit Plc	Seguro
40. Pearson	PricewaterhouseCoopers LLP	Mídia
41. Prudential	KPMG Audit Plc	Seguro
42. Reed Elsevier	Deloitte & Touche LLP	Mídia
43. Rio Tinto	PricewaterhouseCoopers LLP	Mineração
44. Rolls-Royce Group	KPMG Audit Plc	Aeroespacial e Defesa
45. Royal Bank of Scotland	Deloitte & Touche LLP	Bancos
46. Royal Dutch Shell	PricewaterhouseCoopers LLP	Produção de Petróleo e Gás
47. SAB Miller	PricewaterhouseCoopers LLP	Bebidas
48. Sage	PricewaterhouseCoopers LLP	Serviços de Softwares e Comp.
49. Schroders	PricewaterhouseCoopers LLP	Finanças em Geral
50. Scottish and Southern	KPMG Audit Plc	Eletricidade
51. Severn Trent	Deloitte & Touche LLP	Gás, Água e Multi utilidades
52. Smith & Nephew	Ernst & Young LLP	Equip. e Serv. de Cuidados Médicos
53. Smiths Group	PricewaterhouseCoopers LLP	Indústria em Geral
54. Tesco	PricewaterhouseCoopers LLP	Alimentos (varejo)
55. Tullow Oil	Deloitte & Touche LLP	Produção de Petróleo e Gás
56. Unilever	PricewaterhouseCoopers LLP	Indústria de Alimentos

57. Vodafone Group	Deloitte & Touche LLP	Telecomunicações
58. Wolseley	PricewaterhouseCoopers LLP	Serviços de Apoio
59. WWP	Deloitte & Touche LLP	Mídia

Quadro 1 - Empresas da Amostra e Setores de Atuação

Fonte: Elaborado pelo autor

No Quadro 1, as empresas são relacionadas, seguidas de suas respectivas empresas de auditoria externa e setor de atuação.

3.3. Elaboração e Aplicação do Roteiro

Para alcançar os objetivos deste trabalho, fez-se necessária a elaboração do instrumento de coleta de dados, neste caso, um roteiro, para a avaliação do nível de *disclosure* dos relatórios contábeis, no tocante a ativos intangíveis.

A base para construção do roteiro foram a norma internacional IAS 38 e os trabalhos desenvolvidos por (Botosan, 1997), por (Eng e Mak, 2003), por (Lanzana, 2004) e (Goldner, 2006). Da norma internacional IAS 38, destacaram-se os principais pontos para a evidenciação dos ativos intangíveis, para a elaboração do roteiro de verificação e, dos trabalhos dos autores mencionados, para o desenvolvimento do formato e da aplicação do roteiro objetos desta pesquisa.

Para elaboração do roteiro de verificação do nível de evidenciação a ser utilizado nesta pesquisa, foram extraídos da norma IAS 38 os seguintes aspectos: identificação dos ativos intangíveis; controle sobre os ativos intangíveis; reconhecimento dos ativos intangíveis; classificação das formas de reconhecimentos dos ativos intangíveis; modelo de contabilização adotado para os ativos intangíveis; identificação da vida útil dos ativos intangíveis; divulgação de ajustes e reconciliações dos ativos intangíveis.

Dessa forma, por meio do roteiro construído, foi obtido um índice que permitisse demonstrar o nível de evidenciação do ativo intangível nos relatórios anuais das empresas da amostra, segundo os aspectos observados. O índice calculado é composto por um conjunto de 7 (sete) itens, do ativo intangível, que deveria estar evidenciado no Relatório Anual das empresas. Para tanto, os itens que compuseram o índice, contidos no roteiro, foram os seguintes:

Roteiro dos itens de evidenciação para o ativo intangível

1. Os ativos intangíveis são identificáveis?

É separável, é capaz de ser separado ou dividido da entidade para ser vendido, transferido, licenciado, alugado ou trocado, individualmente ou em conjunto com um contrato, ativo ou passivo identificável, mesmo que a entidade não pretenda fazer isso; ou surja de direitos contratuais ou de outros direitos legais, quer esses direitos sejam transferíveis ou separáveis da entidade ou de outros direitos e obrigações.

2. Os ativos intangíveis são controlados?

Uma entidade controla um ativo, se tiver o poder de obter os benefícios econômicos futuros que fluam do recurso subjacente e restringem o acesso de outros a esses benefícios.

3. Os ativos intangíveis são reconhecidos?

Os ativos intangíveis serão reconhecidos, se, e somente se: (a) for provável que os benefícios econômicos futuros esperados que sejam atribuídos ao ativo fluirão à entidade; e (b) o custo do ativo puder ser confiavelmente medido.

4. Qual forma de reconhecimento dos ativos intangíveis foi identificada?

As formas de reconhecimento dos ativos intangíveis são identificadas como:

- ativos intangíveis adquiridos separadamente;
- ativos intangíveis adquiridos em combinação de negócios;
- ativos intangíveis adquiridos por auxílio governamental;
- ativos intangíveis adquiridos por trocas de outros ativos intangíveis;
- ativos intangíveis gerados internamente.

5. A empresa evidenciou o modelo de contabilização adotada para os ativos intangíveis?

A entidade escolheu o modelo de custo ou o modelo de reavaliação como a sua política de contabilização. A entidade manteve o acompanhamento do modelo de contabilização adotado para os ativos intangíveis.

6. São identificadas as vidas úteis dos ativos intangíveis?

A entidade avaliou se a vida útil do ativo intangível é finita ou indefinida.

7. A entidade divulgou para cada classe de ativos intangíveis, reconciliações e ajustes, fazendo distinção entre ativos gerados internamente e outros ativos intangíveis?

A reconciliação do valor contábil, no início e no final do período, demonstrou as adições, as baixas (como ativos classificados como mantidos para venda), os aumentos ou as reduções decorrentes de reavaliações, as provisões para perdas de ativos, as amortizações do período e as variações cambiais líquidas, geradas pela conversão para a moeda de apresentação e de operações no exterior para a moeda de apresentação da entidade.

Quadro 2 - Os Itens do Roteiro de Evidenciação para o Ativo Intangível

Fonte: Elaborado pelo Autor

Os critérios utilizados para a elaboração do índice de *disclosure* foram separados nos termos 0 e 1, para que o seu total pudesse mostrar o índice de *disclosure* presente ou ausente no item. Para os itens do Quadro 2 atendidos totalmente pontou-se com 1 ponto, quando o item não era atendido ou não possuía informação alguma atribuía-se 0 (zero). Para aqueles itens que foram atendidos parcialmente, adotou-se a pontuação de 0 como critério de classificação.

3.4. Tratamento dos Dados para Avaliação do Índice de *Disclosure*

Após o cálculo do índice de evidenciação dos ativos intangíveis das empresas, eles foram relacionados com as empresas de auditoria independente e os setores de atuação presente no Quadro 3.

Variáveis	Significado	Descrição
Audit	Empresas de Auditoria	Indica a empresa de auditoria externa responsável pela validação das informações financeiras
Setor	Setor de Atuação	Classifica a empresa em seu setor de atuação principal

Quadro 3 - Variáveis Selecionadas para Análise

Fonte: Elaborada pelo autor

As variáveis, constantes no Quadro 3, que classificam as empresas pelos setores de atuação e pela empresa de auditoria são denominadas variáveis indicativas. Para o nível de evidenciação, a variável será denominada como Eviden, que representou, numa escala de 0 a 7, o nível de evidenciação do ativo intangível da empresa. Essas relações foram efetuadas por procedimentos estatísticos.

O procedimento estatístico utilizado foi a Análise de Variância de *Bootstrap*, segundo (Hair *et al.*, 1998), é uma “abordagem não-paramétrica conhecida como reamostragem e tem conquistado apoio como uma alternativa aos métodos clássicos de inferência paramétrica”. A reamostragem descarta a distribuição amostral assumida de uma estatística e calcula uma distribuição empírica – a real distribuição da estatística ao longo de centenas ou milhares de amostras. Com a reamostragem, não se tem que confiar na distribuição assumida nem se tem que ser cuidadoso quanto à violação de uma das suposições inerentes.

Segundo (Hair *et al.*, 1998), “pode-se calcular uma real distribuição de estatísticas da amostra e pode-se agora ver onde o 95 ou o 99 percentil estão realmente, acreditando-se que a amostra original seja confiável”. Os autores ainda afirmam que a reamostragem não usa a distribuição de probabilidades assumida, mas ela calcula uma distribuição empírica de estatísticas estimadas, criando múltiplas amostras da amostra original, necessitando apenas do auxílio computacional para realizar a estimativa do valor para cada amostra. No caso deste trabalho, será utilizado o *software* SISVAR (Ferreira, 2000).

O método *Bootstrap* obtém sua amostra via amostragem com reposição da amostra original. De acordo com (Hair *et al.*,1998), a chave é a substituição das observações após a amostragem, o que permite ao pesquisador criar tantas amostras quanto necessárias e sem se preocupar quanto à duplicação de amostras, exceto quando isso acontecer ao acaso. Cada amostra pode ser analisada independentemente, e os resultados compilados ao longo da amostra.

3.5. LIMITES DO ESTUDO

Estabelecer os limites de um trabalho de pesquisa propicia atingir os objetivos específicos do trabalho, manter coerência, contribuir com o meio acadêmico e permitir sua realização em termos de tempo e aprofundamento teórico.

O primeiro fator limitante deste trabalho é a abrangência com relação ao tema. Ao tratar das Normas Internacionais de Contabilidade, esta pesquisa limita-se somente ao estudo das recomendações para o *disclosure* de ativos intangíveis, segundo a IAS 38, não sendo objeto de estudo detalhado outras IAS ou IFRS.

O segundo limite refere-se ao fato de se utilizar a análise documental como procedimento metodológico. Neste caso, foram utilizados os relatórios anuais das empresas. Com isso, é possível que ocorra alguma limitação relacionada aos dados obtidos e à veracidade das informações alcançadas. Entretanto a primazia do estudo está justamente em observar a informação ao alcance de todos.

A utilização de um ano específico, o ano de 2006, em vez de um intervalo temporal, o que talvez pudesse levar a alguma alteração significativa dos resultados, caracteriza-se, aqui, como terceiro limite. O ano de 2006 foi escolhido, porque somente a partir de 2005 as empresas da amostra foram obrigadas a elaborar os seus relatórios financeiros segundo as orientações do IASB e também por serem esses os dados disponíveis quando do início desta pesquisa.

4. RESULTADOS DO ESTUDO

Nesta seção, são demonstrados os resultados obtidos na pesquisa quanto à evidenciação do ativo intangível pelas empresas e a sua relação quanto as auditorias independentes e os setores de atuação. Quanto à evidenciação do ativo intangível, na

Tabela 1, são relacionadas as empresas e o percentual de evidenciação alcançado segundo o roteiro aplicado neste estudo.

Tabela 1 – Nível de Evidenciação das Empresas

Empresas	Score Total (%)	Empresas	Score Total (%)
Autonomy Corporation	100.0%	Rio Tinto	71.4%
British Sky Broadcasting Group	100.0%	Rolls-Royce Group	71.4%
Cable & Wireless	100.0%	Smiths Group	71.4%
HSBC Holdings	100.0%	Unilever	71.4%
Invensys	100.0%	Vodafone Group	71.4%
Old Mutual	100.0%	Wolseley	71.4%
Pearson	100.0%	Admiral Group	57.1%
Reed Elsevier	100.0%	Amec	57.1%
SAB Miller	100.0%	Balfour Beatty	57.1%
Sage	100.0%	Barclays	57.1%
Tesco	100.0%	BG Group	57.1%
BT Group	85.7%	BP	57.1%
Centrica	85.7%	British Land Company	57.1%
Friends Provident	85.7%	Diageo	57.1%
Group 4 Securicor	85.7%	First Group	57.1%
International Power	85.7%	Imperial Tobacco Group	57.1%
Man Group	85.7%	Johnson Matthey	57.1%
National Grid	85.7%	Kazakhmys	57.1%
Royal Bank of Scotland Group	85.7%	Lloyds TSB Group	57.1%
Schroders	85.7%	Lonmin	57.1%
Scottish and Southern Energy	85.7%	Prudential	57.1%
WWP	85.7%	Royal Dutch Shell	57.1%
AstraZeneca	71.4%	Severn Trent	57.1%
British American Tobacco	71.4%	Smith & Nephew	57.1%
Bunzl	71.4%	Kingfisher	42.9%
Cadbury Schweppes	71.4%	Alliance Trust	28.6%
Compass Group	71.4%	BHP Billiton Group	28.6%
Glaxo Smith Kline	71.4%	Tullow Oil	28.6%
InterContinental Hotels Group	71.4%	Carnival Corporation	14.3%
Marks and Spencer Group	71.4%		

Fonte: Elaborado pelo autor

Observa-se, com base na Tabela 1, que 18,6% das empresas alcançaram 100% de atendimento do roteiro, portanto, de evidenciação dos ativos intangíveis. Por outro lado, 8,5% das empresas tiveram menos de 50% de evidenciação atingida, sendo o menor índice de evidenciação o percentual de 14,3%. À moda dos resultados obtidos foi de

57,1% com 18 das empresas da pesquisa. A média do índice de evidenciação foi de 71,43%.

Os resultados obtidos na Tabela 1, anteriormente apresentada, foram utilizados para testar as Hipóteses 1 e 2 estabelecidas na metodologia. Os resultados apontam contrariamente à Hipótese 1, pois as empresas da amostra, em, aproximadamente, 19% apenas destas, obtiveram 100% de evidenciação das informações dos ativos intangíveis. Os testes das hipóteses revelou-se a favor da hipótese 2, porque as empresas, em sua maioria (aproximadamente 81%), apesar de obrigadas, alcançaram um nível de evidenciação inferior a 100%. Depois de identificado o nível de evidenciação, verificou-se quais ativos intangíveis, exemplificados na Norma IAS 38, estão presentes com maior frequência.

De acordo com o levantamento feito, o *Software* (48), Patentes/Marcas (36), Licenças (24), Relacionamento com Clientes e Fornecedores (20), Carteira de Clientes (13), Franquias (3), Direitos de Comercializar (3), Direitos Autorais (3) e Direitos de Hipoteca são os principais ativos intangíveis evidenciados pelas empresas da amostra.

Na Tabela 2, estão agrupadas as empresas desta pesquisa nos setores de atuação, conforme classificação dada pelo sítio da Bolsa de Valores de Londres (2007).

Tabela 2 – Quantidade de Empresas por Setor de Atuação

Empresas	População (Quant.)	Amostra (Quant.)	Participação (%)
1. Bebidas	2	2	100,0%
2. Indústria Química	1	1	100,0%
3. Construção e Materiais	1	1	100,0%
4. Companhias de Fundos e Investimentos	1	1	100,0%
5. Equipamentos e Serviços de Cuidados Médicos	1	1	100,0%
6. Distribuição de Petróleo	1	1	100,0%
7. Indústria Farmacêutica e Biotecnologia	2	2	100,0%
8. Serviços de Softwares e Computadores	3	3	100,0%
9. Tabaco	2	2	100,0%
10. Bancos	5	4	80,0%
11. Mídia	5	4	80,0%
12. Telecomunicações	4	3	75,0%
13. Eletricidade	3	2	66,7%
14. Produção de Petróleo e Gás	6	4	66,7%

Empresas	População (Quant.)	Amostra (Quant.)	Participação (%)
15. Gás, Água e Multi utilidades	5	3	60,0%
16. Lazer e Entretenimento	9	5	55,6%
17. Indústria de Alimentos	4	2	50,0%
18. Indústria em Geral	2	1	50,0%
19. Varejo em Geral	4	2	50,0%
20. Serviços de Apoio	6	3	50,0%
21. Seguros	9	4	44,4%
22. Mineração	10	4	40,0%
23. Aeroespacial e Defesa	3	1	33,3%
24. Alimentos (varejo)	3	1	33,3%
25. Finanças em Geral	6	2	33,3%

Fonte: Elaborado pelo autor

Conforme se observa na Tabela 2, a amostra é composta por 25 setores diferentes, dentre os quais, estão subdivididas as empresas componentes da amostra. A Bolsa de Valores de Londres (2007) classifica as empresas em 39 setores de atuação possíveis. Portanto, a amostra apresenta 59 empresas divididas em 25 setores, uma média de 2,36 empresas por setor de atuação. Para a amostra selecionada, o setor Lazer e Entretenimento abrange, em valores relativos, o maior número de empresas por setor (total de 5), o que representa 55% das empresas contidas nessa classificação. Por outro lado, o Setor de Bebidas, por exemplo, em valores relativos, tem duas empresas em um total de duas empresas, o que implica 100% do setor que é selecionado para esta amostra. A ampla classificação de setores da Tabela 2 motivou uma reclassificação que pudesse permitir uma análise mais adequada dos dados, como se observa na Tabela 3.

Tabela 3 – Setores de Atuação Segundo Classificação da BOVESPA

Empresas	População	Amostra	Participação (%)
Bens Industriais	14	8	57.1%
Construção e Transporte	1	1	100.0%
Consumo Cíclico	18	11	61.1%
Consumo não Cíclico	11	7	63.6%
Financeiro e Outros	21	11	52.4%
Materiais Básicos	11	5	45.5%
Petróleo e Gás	7	5	71.4%
Tecnologia da Informação	3	3	100.0%
Telecomunicações	4	3	75.0%
Utilidade Pública	8	5	62.5%

Fonte: Elaborado pelo autor

A partir dos setores identificados na Tabela 3, procedeu-se à reclassificação por setores mais amplos, conforme orientação do sítio da BOVESPA (2008), que resultou na Tabela 3. Esta nova classificação não gerou perda de informação, mas a possibilidade de uma adequada análise do comportamento das empresas desta amostra – por setor – em relação à evidenciação dos ativos intangíveis. No Quadro 1, são relacionadas as empresas com suas respectivas empresas de auditoria independentes⁸.

Tabela 4 – Auditorias Externas das Empresas da Amostra

Empresas de Auditorias Independentes	Percentual de Empresas Auditadas
PricewaterhouseCoopers LLP	39,0%
KPMG Audit Plc	30,5%
Deloitte & Touche LLP	22,0%
Ernst & Young LLP	8,5%

Fonte: Elaborada pelo autor

Na Tabela 4, verifica-se que quatro empresas são responsáveis pela auditoria das entidades da amostra. Observa-se que, aproximadamente, 70% das empresas da amostra são auditadas por duas empresas, a Pricewaterhouse e a KPMG.

No Quadro 4, selecionou-se as empresas com cem por cento de evidenciação dos ativos intangíveis e suas respectivas empresas de auditoria independente.

Empresas da Amostra	Empresas de Auditorias Independentes
1. Autonomy Corporation	Deloitte & Touche LLP
2. British Sky Broadcasting Group	Deloitte & Touche LLP
3. Reed Elsevier	Deloitte & Touche LLP
4. Invensys	Ernst & Young LLP
5. Cable & Wireless	KPMG Audit Plc
6. HSBC Holdings	KPMG Audit Plc
7. Old Mutual	KPMG Audit Plc
8. Pearson	PricewaterhouseCoopers LLP
9. SAB Miller	PricewaterhouseCoopers LLP
10. Sage	PricewaterhouseCoopers LLP
11. Tesco	PricewaterhouseCoopers LLP

Quadro 4 - Empresas Mais Evidenciadas e suas Empresas de Auditoria.

Fonte: Elaborado pelo Autor

⁸ Vale ressaltar, dentre os objetivos de uma empresa de auditoria independente, o de aferir a confiabilidade, segurança, fidedignidade e a consistência dos sistemas gerenciais e de informações.

Percebe-se que, a partir do Quadro 4 e em valores relativos, todas as empresas de auditoria presentes na amostra também estão entre as onze empresas mais evidenciadas. As empresas de auditorias Pricewaterhouse e Ernst & Young respectivamente, apresentam 36,36% e 9,0% de participação entre as empresas de auditoria, para esta seleção de empresas com melhores resultados de evidenciação, valores estes próximos àqueles encontrados na Tabela 4 quando foram consideradas todas as empresas da amostra. Na Tabela 8, destaca-se a estimativa de *Bootstrap* com base na verificação do impacto do nível de evidenciação diferenciado para o grupo de empresas sob responsabilidade de cada empresa de auditoria externa.

Tabela 5 – Estimativa de *Bootstrap* para Empresas de Auditoria

Grupos	Médias
Ernest & Young LLP	4,80a
KPMG Audit Plc	4,88a
Deloitte & Touche LLP	5,07a
Pricewaterhouse LLP	5,08a

Fonte: Elaborada pelo Autor

Pelo resultado apresentado, na Tabela 5, entende-se que não existe diferenciação do nível de evidenciação encontrado por ocasião da escolha da empresa de auditoria naquele momento. Para realizar o teste de *Bootstrap* com os setores de atuação os dados, estes foram informados na Tabela 6.

Tabela 6 – Estimativa de *Bootstrap* nos Setores de Atuação das Empresas

Grupos	Média
Petróleo e Gás	3,60a
Materiais Básicos	3,80a
Construção e Transporte	4,00a
Consumo Cíclico	4,90a
Bens Industriais	5,00a
Financeiros e Outros	5,09a
Consumo não Cíclico	5,25a
Utilidade Pública	5,60a
Telecomunicações	6,00a
Tecnologia da Informação	7,00a

Fonte: Elaborada pelo Autor

Apesar da amplitude da média, exposta na Tabela 6, não se pode afirmar que algum setor específico é provido de empresas com maior ou menor volume de evidenciação dos ativos intangíveis, ou que o setor seja responsável por agregar empresas que evidenciem mais ou menos suas informações contábeis.

Dessa forma, após realizadas as relações entre o nível de evidenciação dos ativos intangíveis buscou-se testar o desdobramento dos resultados deste estudo com as variáveis auditoria e setor de atuação. Os resultados encontrados apontam que apenas 18,6% das empresas alcançaram 100% de evidenciação dos ativos intangíveis, negando a Hipótese H_1 e satisfazendo a Hipótese H_2 . Não foi verificada nenhuma relação entre os níveis de evidenciação alcançados e o setor de atuação da empresa ou com a empresa de auditoria externa responsável. Ao realizarem-se os desdobramentos dos resultados, os testes estatísticos demonstraram não ter relação alguma ter maior nível de evidenciação e a escolha da empresa de auditoria ou pertencer a um determinado setor de atuação no mercado.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os ativos intangíveis e a Norma IAS 38 do IASB constituíram o objeto desta pesquisa. Como marco histórico, destacou-se a adoção obrigatória das Normas Internacionais de Contabilidade pelos países europeus desde o ano de 2005. Quanto ao ativo intangível, enfatizou-se a sua importância na composição da estrutura dos ativos da empresa, pelos benefícios futuros que pode gerar, além de ser uma fonte de diferencial competitivo das empresas, quando administrado com competência.

O investidor brasileiro, na busca por melhores investimentos, poderá recorrer às empresas britânicas listadas na Bolsa de Valores de Londres, que se destaca como uma das principais bolsas de valores do mundo pelo número de transações e valores negociados no seu mercado e por já cumprir com as Normas Internacionais de Contabilidade que tornará realidade a partir de 2010 para as empresas listadas na BOVESPA e outros segmentos.

Sob esse contexto, desenvolveu-se a questão de pesquisa no sentido de identificar: o nível de evidenciação dos ativos intangíveis, de acordo com a IAS 38, praticado por

empresas britânicas e sua relação com as empresas de auditoria independente e seus setores de atuação, em 2006.

A mensuração do nível de evidenciação foi possível, inicialmente, devido à identificação dos itens de *disclosure* obrigatórios da Norma IAS 38 selecionados e que compuseram o instrumento de coleta de dados. O roteiro constituído por sete questões foi utilizado para formar o índice de pontuação, tendo como base os estudos de (Botosan, 1997), (Eng e Mak, 2003), (Lanzana, 2004) e (Goldner, 2006).

O roteiro foi aplicado nos relatórios contábeis – obtidos na Bolsa de Londres – de uma amostra de empresas britânicas pertencentes ao índice FTSE 100, perfazendo um total de 59 empresas como amostra final. O roteiro possibilitou mensurar o nível de evidenciação do ativo intangível pelas empresas, pelo qual se examinou se os relatórios contábeis atenderam na íntegra, parcialmente ou não atenderam aos requisitos obrigatórios da IAS 38, estabelecendo para cada empresa uma pontuação mínima de 0 e máxima de 7 pontos. Isto permitiu relacionar as empresas da amostra em um *Ranking* de evidenciação.

Os resultados encontrados revelaram que 18,6% das empresas alcançaram 100% de evidenciação dos ativos intangíveis. Este resultado contradiz a Hipótese 1, de que todas as empresas teriam 100% de evidenciação. Por outro lado, a Hipótese 2 foi satisfeita, isto é, a amostra possui algumas empresas com nível de evidenciação abaixo de 100%, apesar de a Norma IAS 38 ser obrigatória. Estes resultados reforçam os estudos realizados por (Akhtaduddin, 2005), (Malacrida e Yamamoto, 2006), pelos quais a exigência legal não é cumprida sempre que determinada, como se poderia esperar.

Quanto às empresas de auditoria externa independente, a PriceWaterhouseCoopers foi responsável por 39,0% das empresas, a KPMG por 30,5% das empresas, a Deloitte por 22,0%, e, por fim, a Ernest & Young teve 8,5% das empresas como clientes. Ao analisar apenas as empresas com 100% de evidenciação (onze empresas) percebe-se que os percentuais encontrados são próximos àqueles de toda amostra. Assim, o número de empresas auditadas está proporcional ao número de empresas com melhores resultados de evidenciação sobre ativos intangíveis.

Não foi estabelecida relação alguma quando confrontado o nível de evidenciação com as empresas de auditoria externa e os setores de atuação. Isto é, o fato de ter sido auditado por uma empresa, ou outra, não correspondeu em menor ou maior nível de evidenciação. Quanto à classificação por setor, esta informação não foi decisiva para garantir que pertencer a um determinado setor gerou evidenciações maiores ou menores por parte das empresas.

REFERÊNCIAS

- AKHTARUDDIN, M. 2005. Corporate Mandatory Disclosure Practices in Bangladesh. *The International Journal of Accounting*. v.40: 399-422.
- BARBETTA, P. A. 2003. *Estatística Aplicada às ciências sociais*. 5. Ed. Florianópolis: Editora UFSC, 340p.
- BARTH, M. E.; KASZNIK, R.; MCNICHOLS, M. F. 2001. Analyst Coverage and Intangible Assets. *Journal of Accounting Research*. 39(1):1-34, Jun.
- BOLSA DE VALORES DE LONDRES - London Stock Exchange (LSE) – Investor Centre / Annual Report Service. Disponível em <<http://www.londonstockexchange.com/>>. Acesso em 21 Ago. de 2007.
- BOVESPA – *Bolsa de Valores de São Paulo*. Disponível em <<http://bovespa.com.br/>>. Acesso em 04 Abr. de 2009.
- BOTOSAN, C. A. 1997. Disclosure Level and the Cost of Equity Capital. *The Accounting Review*, Washington, 72(3):323-349, Jul.
- CVM – Comissão de Valores Mobiliários. *Assessoria Econômica (2002)*. Dispõe sobre informações das principais bolsas de valores do mundo. Disponível em <<http://www.cvm.gov.br/>>. Acesso em 21 set. 2007.
- DAHMER, L. V.; ESTRADA, R. J. S. 2002. A relação existente entre o grau de satisfação dos clientes e dos consumidores de uma indústria alimentícia do Rio Grande do Sul. In: XXII ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO, 2002, Curitiba – PR. *Anais Eletrônicos...* Curitiba: ENEGE.
- EDVINSSON, L.; M., M. S. *Capital Intelectual: descobrindo o valor real de sua empresa pela identificação de seus valores internos*. São Paulo: Makron Books. 1998.
- ENG, L. L.; MAK, Y. T. 2008. Corporate governance and voluntary disclosure. *Journal of Accounting and Public Policy*, 22:325-345.
- FEDERAÇÃO MUNDIAL DE BOLSA DE VALORES – *World Federation of Exchange (WFE)* – WFE Reports. Disponível em <<http://www.world-exchange.org/>>. Acesso em 25 Jul. de 2009.
- FERREIRA, D. F. 2000. *Manual do sistema SISVAR para análises estatísticas*. Lavras: Ufla, 63p.

- FREUD, J. E.; SIMON, G. A. 2000. *Estatística Aplicada: economia, administração e contabilidade*. Tradução Alfredo Alves de Farias. 9. Ed. Porto Alegre: Bookman, 404p.
- FTSE – Financial Times Stock Exchange. Indices / *Indices UK*. Disponível em <<http://www.ftse.com/>>. Acesso em 24 Mar. de 2009.
- GELB, D. S. 2002. Intangible assets and Firms' Disclosures: An Empirical Investigation. *Journal of Business Finance & Accounting*. 29:457-476.
- GIL, A. C. 2002. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 175p.
- GOLDNER, F. 2006. *O disclosure das demonstrações contábeis e financeiras dos maiores bancos brasileiros*. 2006. 105f. Dissertação (Mestrado em Contabilidade) - Fundação Instituto Capixaba de Pesquisas em Contabilidade, Economia e Finanças (FUCAPE), Vitória-ES.
- GU, F.; WANG, W. 2005. Intangible assets, information complexity, and analysts' earnings forecasts. *Journal of Business Finance & Accounting*. 32:1673-1702.
- HAIR, J. F. Jr.; ANDERSON, R. E.; TATHAM, R. L.; BLACK, W. C. *Multivariate Data Analysis*. 5 ed. Prentice Hall: New Jersey, 1998, p.730.
- HENDRIKSEN, E. S.; BRENDA, M. F. Van. 1999. *Teoria da Contabilidade*. Tradução de Antônio Zoratto Sanvicente. São Paulo: Atlas.
- IASB – International Accounting Standards Board. IFRS Summaries / *Resumos de IFRS e IASs*: Português 2007. Disponível em <www.iasb.org>. Acessado em 02 Fev. de 2008.
- IUDÍCIBUS, S. 2004. *Teoria da Contabilidade*. 7 ed. São Paulo: Atlas, 356 p.
- LEV, B. 2001. *Intangible: Management, measurement and reporting*. Washington: Brookings Institution Press.
- LEV, B. 2003. Remarks on the measurement, valuation, and reporting of intangible assets. *FRBNY Economic Policy Review*. 17-22.
- MALACRIDA, M. J. C.; YAMAMOTO, M. M. 2006. Governança Corporativa: Nível de Evidenciação das Informações e sua Relação com a Volatilidade das Ações do IBOVESA. *Revista Contabilidade & Finanças*, São Paulo, Ed. Comemorativa, p. 65-79.
- MARTINS, E. 1972. *Contribuição à avaliação do ativo intangível*. 1972. 109f. Tese (Doutorado em Contabilidade e Atuária) – Universidade Federal de São Paulo (USP), São Paulo-SP.
- MARTINS, G. de A. 1997. Abordagens metodológicas em pesquisa na área de administração. *Revista de Administração*, São Paulo, 32(3):5-12, jul.-set.
- NAKAMURA, L. 2000. A trillion dollars a year in intangible investment and the new economy. *Intangible Assets*. Organizado por: John R. M. Hand e Baruch Lev. Oxford Management Readers.
- NIYAMA, J. K.; GOMES, A. L. O. 1996. Contribuição ao aperfeiçoamento dos procedimentos de evidenciação contábil aplicáveis às demonstrações financeiras de bancos e instituições assemelhadas. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CONTABILIDADE, XV. Brasília. *Anais ...* Brasília, 1996. CD-ROM.

OLIVEIRA, M. C.; PONTE, V. M. 2004. A Prática da Evidenciação de Informações Avançadas e Não Obrigatórias nas Demonstrações Contábeis das Empresas Brasileiras. *Revista Contabilidade & Finanças*, São Paulo, 4(36):7-20, Set.-Dez.

REZENDE, R. C. A.; GUIMARÃES, E. C.; TAVARES, M. 2002. Determinação do tamanho de amostra para a estimativa da condutividade hidráulica do solo saturado, em diferentes condições de plantio. 47ª REUNIÃO ANUAL DA REGIÃO BRASILEIRA DA SOCIEDADE INTERNACIONAL DE BIOMETRIA, 2002, Lavras – MG. *Anais eletrônicos...* Lavras: UFLA,

RICARDINO FILHO, A. A. 2003. Algumas limitações do ensino de auditoria nos cursos de ciências contábeis no Brasil. In: III CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 2003, São Paulo – SP. *Anais em CDROM*. São Paulo: USP.

RITTER, A.; WELLS, P. 2006. Identifiable intangible asset disclosures, stock prices and future earnings. *Journal Accounting and Finance*. 46:843-863.

SCHMIDT, P.; SANTOS, J. L. dos S. 2002. *Avaliação de Ativos Intangíveis*. São Paulo: Atlas.

SELLTIZ, C.; JAHODA, M.; DEUTSCH, M.; COOK, S. W. 1972. *Métodos de pesquisa nas relações sociais*. Tradução de Dante Moreira Leite. 2. ed. São Paulo:Herder.

THEÓPHILO, C. R.; SACRAMENTO, C. O. de J.; NEVES, I. F.; SOUZA, P. L. de. 2000. O ensino da teoria da contabilidade no Brasil. *Revista Contabilidade Vista & Revista*. Belo Horizonte-MG. v.11, n.3, p.3-10, dez.

VERRECCHIA, R. E. 1983. Discretionary Disclosure. *Journal of Accounting and Economics*, Amsterdam, 5(3): 179-194, Dec.

WHITWELL, G. J.; LUKAS, B. A.; HILL, P. 2007. Stock analysts' assessments of the shareholder value of intangible. *Journal of Business Research*. 60:84-90.